

ATA N.º 3/2019

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE MARÇO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2019:

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano dois mil e dezanove, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Américo de Araújo Gonçalves (PS), Licínio Pereira (GCEPP) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, dos senhores Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Ferrel, de Peniche e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), Sofia Cecílio Barradas (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), José António Bombas Amador (CDU), Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Célia Sousa Martins (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Inês Fitas Cação (CDU), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Andreia Alexandra Gomes Sales (PSD), Hernâni Manuel Santos Leitão (PSD), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão extraordinária do mês de março, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Período de intervenção do público.

2.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a transferência de competências no domínio da proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos (Decreto-Lei n.º 20/2019);

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a transferência de competências no domínio da saúde (Decreto-Lei n.º 23/2019);

3.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e dez minutos, encontrando-se na sala vinte e quatro dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Andreia Alexandra Gomes Sales (PSD), Hernâni Manuel Santos Leitão (PSD), Inês Fitas Cação (CDU), encontravam-se a substituir os senhores António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), Ademar Vala Marques (PSD), Nuno Carlos Vieira Nico (PSD) e Álvaro André Paiva Amador (CDU), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores David Pedrosa Antunes (GCEPP), Hélder Marco Rodrigues dos Santos (GCEPP) e António Bernardino Aires Ferrão (GCEPP), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista

Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, o Vice-Presidente da Câmara, senhor Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), e os senhores Vereadores, Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS) e Rogério Manuel Dias Cação (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir.

JOÃO NEVES:

Pretendia colocar algumas questões, relativamente ao Skate Parque, por duas razões, a primeira porque tem em casa um skater, um homem muito sensível àquelas questões, e ele próprio também estava sensível à necessidade da construção do novo Skate Parque, em Peniche. Disse que já tinha feito algumas intervenções públicas, na defesa e da necessidade da construção de um Skate Parque em Peniche, a última delas foi, por exemplo, quando houve o debate público sobre o Fosso da Muralha, defendeu e fez uma proposta naquela reunião, para que o projeto do Fosso da Muralha, efetivamente, considerasse naquele espaço a construção do futuro Skate Parque, porque tinha muito mais espaço do que a zona do Baluarte, onde existe o atual Skate Parque, para a sua própria ampliação. Referiu que, por um lado, dado que tinha um skater em casa, tem visitado vários Skates Parque ao longo do país, e poderia concluir que o Skate Parque de Peniche, era uma vergonha, comparativamente com os outros Skates Parques que existem, um pouco por todo o país. Disse que os próprios skaters tinham a consciência daquela situação, eles próprios eram obrigados a ir para Skates Parques, nas redondezas, indo para o Cadaval, para Torres Vedras, para Caldas da Rainha e para a Lourinhã, porque aqui, efetivamente, não existia um Skate Parque em condições. Por outro lado, disse que defendia que, enquanto não houvesse a construção de um Skate Parque, em Peniche, deveriam ser feitas algumas melhorias no existente. Referiu que os skaters estiveram numa reunião da Câmara Municipal e apresentaram a todos os senhores Vereadores as suas preocupações com o atual Skate Parque, ou seja, levaram fotografias, fizeram uma intervenção sobre o atual estado em que se encontrava, que está completamente degradado, e fizeram algumas reivindicações para que efetivamente houvesse uma intervenção, por parte da Autarquia, na melhoria das condições do próprio Skate Parque, mas, até ao momento, não houve nenhuma intervenção por parte da Autarquia na sua melhoria. Deu conta que os skaters tomaram consciência daquilo e eles próprios voluntariaram-se, pagaram do seu próprio bolso as despesas, não recorreram a ninguém, e procuraram, eles próprios, fazer algumas melhorias que acharam que eram urgentes fazer no Skate Parque. Disse que haviam buracos no pavimento, muito profundos, eles próprios tomaram a iniciativa de tapar os buracos, com cimento, e fizeram uma coisa, que para eles foi importante, em que havia uma caixa que já lá existia e fizeram uma pequena ampliação daquela mesma caixa. Disse, ainda, que

em função daquilo, aconteceram situações mirabolantes. Primeiro, no domingo passado, quando estavam a trabalhar voluntariamente na melhoria daquele espaço, foi chamada ao local a Polícia de Segurança Pública para identificação de todos os skaters que estavam no Skate Parque a fazer melhorias, possivelmente, e como a fiscalização da Câmara Municipal não trabalha ao domingo, alguém mandou a polícia identificar os skaters, referindo que iria ver como aquilo iria avançar, uma vez que não sabia se a polícia iria abrir processo e se teriam que ir a tribunal. Disse que, na passada quarta-feira, por decisão da Câmara Municipal de Peniche foi decidido demolir, destruir as obras que foram feitas, voluntariamente, pelos skaters, nomeadamente a pequena ampliação da caixa já existente. Referiu que não destruíram, apenas, a ampliação da caixa, como, efetivamente, destruíram a caixa que já existia, há pelo menos quatro anos, naquele local, ou seja, não existe, no momento, caixa nenhuma, o que lhe parecia uma situação extremamente grave, e, mais grave ainda, destruíram tudo aquilo que estava a ser feito voluntariamente e aquilo que já existia há muito tempo naquele local, sem consultarem, discutirem ou dialogarem com os skaters.

Disse que, certamente, a Câmara poderia alegar que não foi pedida autorização para fazer aquela intervenção, mas argumentarem, junto dos skaters, depois de terem feito o trabalho, que aquilo fica numa zona protegida e junto da muralha, e que a Câmara teve que tomar aquela decisão, porque a Direção Geral do Património Cultural multaria a Câmara Municipal, caso não tivesse demolido a obra, pareceu-lhe, de facto, uma desculpa esfarrapada, porque aquela caixa já lá estava há imenso tempo e argumentar daquela forma junto dos skaters, era muito grave, porque não era assim que se resolvia, até porque se sabe que existem outras obras ilegais, em Peniche, e não sabia se o atual Presidente da Câmara iria demolir a obra que foi feita, em domínio público marítimo, nomeadamente, na praia de Peniche de Cima e da Gambôa, obra que executada pelo anterior Presidente da Junta, e que foi feita ilegalmente, sem a consulta às entidades competentes que a deveriam ter autorizado. Perguntou, perante a situação que se criou, se aquela obra também iria ser demolida pelo atual Presidente da Câmara, e aquela situação colocava outras questões, mesmo em termos eleitorais.

Disse que foi consultar o programa da árvore e o que apontava, relativamente ao Skate Parque, e dizia: *“E será aceitável continuar a adiar a construção do Skate Parque? Não estaremos aqui, claramente, perante um dever do Município, em relação aos praticantes da modalidade.”* Foi o compromisso eleitoral assumido pela árvore, e aquilo que foi feito pelo atual Presidente da Câmara, contrariava aquilo, porque não tinha em consideração, aquilo que foi feito ou que estava a ser feito, quer na melhoria do atual, quer na destruição do que já existia.

Disse que este momento era, na sua opinião, de exigência, por parte de todos, por parte dos eleitos, para que, efetivamente, um novo Skate Parque fosse construído.

Referiu que faria algumas sugestões que lhe pareciam ser passos necessários a dar, recordando que a Câmara Municipal não era apenas o Presidente da Câmara, eram, também, os Vereadores, e apelou a todos eles, que muitas daquelas questões possam, efetivamente, vir a ser concretizadas, a árvore estava em minoria, na Câmara Municipal. Algumas das propostas que faria, seriam as seguintes: primeira, que fosse elaborado um projeto a ser executado pela Câmara Municipal, ouvindo os skaters de Peniche, para o futuro Skate Parque de Peniche; segunda, que fosse decidida a localização onde o Skate Parque se iria localizar, sugerindo que deveria ser dentro do projeto do Fosso da Muralha; terceira, que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do próximo ano, contemple a

construção do futuro Skate Parque de Peniche; quarta, que sejam efetuadas, pequenas, melhorias no atual Skate Parque, enquanto o outro não estiver construído, e que a Câmara deveria assumir aquela responsabilidade; quinta, que a caixa que foi demolida, fosse reconstruída, dado que já existia anteriormente, ou seja, aquilo que a Câmara fez foi destruir uma caixa que já existia, naquele espaço, há pelo menos quatro anos, era uma exigência que deveria ser feita à Câmara Municipal por ter feito uma coisa que não deveria ter feito; por último, que fosse concretizada a pista de skate, que faz parte do acordo com a Rip Curl ou com a Rip Surf. Referiu que foi um acordo que foi estabelecido, era uma pista que deveria ser construída, até ao momento ainda não foi, pelo que se deveria aproveitar aquela oportunidade para que, efetivamente, aquela pista pudesse, também, servir o concelho de Peniche e pudesse servir os skaters de Peniche.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Como a questão foi colocada, ainda não estava no exercício da gestão municipal há um ano e meio, e era assumido que a Câmara Municipal irá reabilitar o Skate Parque, e era assumido que queriam construir um novo, provavelmente, não será aquilo que o senhor João referiu, no Fosso da Muralha, porque se fosse naquele local, não sabiam quando iria ser construído, porque não estava englobado na primeira fase, portanto, ninguém iria considerar o Skate Parque, mas estavam a procurar outras soluções, e depois de devidamente estudadas serão propostas à Câmara Municipal. Relativamente à questão da não reabilitação do atual Skate Parque, tinha que ver com duas razões, primeiro, a Câmara tem preparada uma candidatura, para submeter logo que abra o aviso de possibilidade de candidatura para a reabilitação das Muralhas, e de acordo com o que estiver considerado e o programa de intervenção da empresa, ficariam a saber se aquilo poderia colidir ou não, e não era o único caso, existe outro projeto, mais acima, que aguarda a clarificação daquela situação, para depois poderem decidir, portanto, existe o propósito de o fazer.

Em relação a intervir num espaço que é da responsabilidade, apenas, do Município, que ao contrário do que foi sugerido, não tinha nada a ver com a questão da Gambôa, a Junta de Freguesia, independentemente das questões processuais, e não pretendia voltar atrás, em relação àquilo, nunca interveio em espaço da responsabilidade direta do Município, nunca interveio num espaço de um jardim, e se o fez foi em sintonia com a Câmara, como foi o caso, e estava ali o anterior Vice-Presidente da Câmara que sabia que aquilo correspondia à verdade, de uma proposta que a Junta de Freguesia fez, em determinada altura, para, em conjunto, fazer o acesso ao restaurante ali ao lado, em que a Câmara Municipal forneceu os materiais e a Junta de Freguesia executou, quanto ao resto, existe muito fundamento, relativamente às intervenções que a Junta de Freguesia fez, e ele como Presidente dos últimos mandatos, assumia todas as responsabilidades, obviamente que não faria sentido, caso a câmara decida que vai demolir todas as obras que a Junta executo, naturalmente, votará contra, mas a Câmara eram sete elementos, como o senhor João referiu, mas não poderia permitir que qualquer pessoas interviesse nos espaços municipais, até porque, recentemente, alguns voluntários, amidos dos animais, quiseram fazer obras no canil municipal e não autorizou.

A Câmara Municipal tinha muitas obras para fazer, não as conseguindo fazer todas ao mesmo tempo, e teria que questionar, qual seria a obra que está a ser

intervencionada que vai parar para fazer outra, no imediato, e com uma incerteza, porque não saberia como iria resultar a intervenção no Skate Parque.

Em fevereiro, depois da ida dos dois skaters a reunião de Câmara, foi dito o que se iria fazer, foi dito que não se iria fazer, para já, a intervenção, fá-la-iam mais tarde, e que estavam a pensar construir um novo Skate Parque, aliás, achava ser defendido por todas as forças políticas. Partilhou que, na semana passada, esteve no concelho de Alcobaça, que inaugurou um bonito parque, o chamado Parque Verde, e tem um espetacular Skate Parque, e não deixará de reconhecer e de ver exemplos construtivos noutros concelhos.

Relativamente à Direção Geral do Património Cultural, procurava manter uma relação de proximidade e de respeito por aquela entidade que, por norma é muito exigente. Deu conta que estavam, neste momento, a decorrer vários processos que têm de ter parecer da Direção Geral do Património Cultural e, recentemente, uma das pequenas pretensões da Câmara, que ainda não estava decidido em definitivo, a Direção Geral ainda não emitiu o parecer, referindo que se tratava de uma pequena alteração/ampliação no atual Posto de Turismo, que não era pacífico, tal como outras situações.

Falou com o senhor Vereador Mark Ministro, depois de ter ido ao parque com os dois skaters, sobre a possibilidade de ampliar ou não e de intervir, e o que sugeriu foi para que houvesse calma, e se entendessem aquela era uma posição cautelosa, de respeito e, também, de autoridade, portanto, como Presidente de Câmara, não poderia permitir, porque a competência em determinados momentos ficava a seu cargo, que hajam intervenções de quem quer que seja, nos espaços que são da responsabilidade Municipal, em relação a outras questões do passado, não irá perder tempo, mas lembrou que todas as intervenções que possam ter sido consideradas abuso da parte da Junta de Freguesia, de que era Presidente, com muita honra e com muitas saudades, foram pedidas, em tempo oportuno, à Câmara Municipal, os devidos projetos. Noutra obra, com muito cuidado na aplicação dos materiais, com acompanhamento técnico, que por vezes não é do Município, em várias frentes de trabalho e, uma outra obra que foi, também, assumida pela Junta de Freguesia de Peniche, que não tinha projeto, e que o senhor Presidente da Câmara, na altura, o chamou à atenção, dizendo-lhe que iria fazer a participação daquela situação, ao que respondeu que a mesma já deveria ter sido feita. Posteriormente a obra foi avaliada e a Junta de Freguesia não teve problemas, até porque não era necessário existir projeto, apenas era precisa autorização, porque se tratava de uma requalificação. Disse, ainda, que, obviamente, se não houvesse tanta destabilização e pessoas a manifestarem-se, em relação aquilo que são intervenções para melhorar a qualidade de vida e, caso não tivessem existido aquelas intervenções, provavelmente a zona da Gambôa estava intervencionada, mas a partir do momento em que existiu um conjunto de intervenções em que a autoridade interveio, respeitaram a autoridade e as competências de cada um. Referiu que quando a vistoria foi feita à obra e lhe deram indicação para parar, a Junta de Freguesia parou, mas que não era o caso do Skate Parque.

Se alguém fez participação à Polícia de Segurança Pública, naturalmente, quando a polícia fizer chegar a participação à Câmara Municipal, irá saber quem a fez, porque se estivesse a insinuar que foi alguém do executivo Municipal, da sua equipa, não foi, porque se tivesse sido assumiria. Referiu que, pessoalmente, se constatasse que, em espaço público, havia uma intervenção que deva chamar a atenção, fá-lo-á diretamente,

de uma forma pacífica, tentando clarificar as situações, porque para si era claro que ali existia a procura de destabilização com situações que não eram admissíveis.

Em relação à caixa e aos materiais, não tinha conhecimento se existia projeto da caixa, não sabe se ela existia ou não, mas houve uma intervenção no lugar da caixa que, provavelmente não era a que lá existia, mas iria verificar se existiam registos fotográfico, se há projeto, para avaliar, porque não poderiam fazer exigências no espaço municipal. Referiu que em todas as situações deveria existir projeto.

Relativamente à Rip Curl e uma vez que o senhor João Neves conhecia a situação, deveria ler o protocolo e verificar as exigências à Rip Curl e como estava feito, em termos de prazo de execução. Referiu que, obviamente, aquela questão já foi abordada, está a aguardar e irá continuar a sensibilizar, mas, por vezes, os protocolos deixou abertura, que pode ser cumprido no ano seguinte, dentro de dez ou dentro de quinze anos. Disse, ainda, que já foi analisado em sede de Câmara Municipal e, também, chegaram àquela conclusão, tal como em outros protocolos, em que existe abertura, as pessoas assumem determinados compromissos, mas não havendo prazos não os obrigaria a cumprir, tal como nos contratos, onde não existem regras, mas que estava a aprender, nomeadamente em alguns procedimentos recentes, em que se vai percebendo e retificando, têm que ir melhorando.

Henrique Estrelinha (PS):

Agradeceu ao senhor João as questões e as sugestões.

Disse que todos queriam aquele espaço melhorado e requalificado, até porque em todos os programas autárquicos, em dois mil e dezassete, fazia parte a reabilitação daquele espaço, e entendeu a intervenção dos skaters, que ali praticam aquele desporto, como uma forma de melhorar o espaço e não como uma afronta à Câmara Municipal.

Relembrou que o Partido Socialista defendeu, em dois mil e treze, que aquela requalificação e alargamento daquele espaço, fosse feita em dois mil e catorze, ou seja, que fosse colocado em dois mil e treze, no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano para dois mil e catorze e, de facto, foi introduzido naqueles documentos, mas nunca se concretizou aquele investimento.

Disse que o espantou a rápida intervenção, da Câmara Municipal, na demolição daquela intervenção, não percebendo porquê, uma vez que existem muitas construções ilegais na nossa Costa ou esplanadas ilegais. Referiu que não percebia, porque é que a Câmara Municipal agiu tão rapidamente para destruir um simples retângulo, que era benéfico para quem utiliza aquele espaço e, também, não percebia como é que não se era mais rápido a cobrar, em atraso, as concessões municipais que, provavelmente, se cobrassem, existiria dinheiro para fazer uma boa intervenção naquele espaço, mas o essencial era encontrar uma solução para o local. Perguntou se o senhor Presidente da Câmara se comprometeria a requalificar o espaço durante este ano.

Sofia Barradas (PSD):

Agradeceu ao senhor João as questões colocadas, referindo que ficou com alguma pena por não terem sido os skaters a apresentá-las. Disse que, pessoalmente gostaria que tivessem sido e gostaria de ver os jovens, ali, na linha da frente, a apresentarem as questões, porque teria sido, talvez, mais enriquecedor.

Disse que:

Tinha, também, um pouco de conflito de interesses naquele assunto, porque é mãe de uma aspirante a skatista e é casada com um skatista, reformado, mas muito interessado naquela prática desportiva.

Pretendia deixar bem explícito que a necessidade de requalificação do Skate Parque era um assunto que já era falado, há alguns anos, nos vários executivos municipais, foi bastante falado no executivo municipal anterior, chegou realmente a estar nas Grandes Opções do Plano, tal como foi mencionado, mas nunca foi concretizado, e já na altura, as preocupações do Partido Social Democrata, sobre a matéria, eram não só relativamente ao estado de degradação do Skate Parque, que já era visível, mas eram, como sempre, mais amplas, e eram o facto de não haver, há data, e de não existir, também, hoje, uma discussão relativamente à estratégia municipal, relativamente ao desporto e, naquele particular, no que se referia à prática de skate, a necessidade de adaptar aquela infraestrutura a uma prática que nos últimos anos, de facto, se tem tido cada vez mais praticantes e, também, modernizar aquela estrutura, para aquela prática que, de facto, se têm vindo a destacar a nível nacional, portanto, é visível que a prática de skate tem aumentado ao longo dos anos, tanto é que foi inscrita como uma disciplina da Federação Portuguesa de Surf, atualmente já não está no domínio daquela Federação, está no domínio da Federação Portuguesa de Patinagem, e vai entrar como modalidade de competição, nos próximos Jogos Olímpicos, portanto, era uma evidência.

De facto, aquele assunto era debatido, mas não têm tido resultados ao longo dos anos e, portanto, percebia aquela frustração, do ponto de vista de quem é praticante e usufruir daquele parque e, os skaters decidirão pôr-se a caminho e tentar criar, ali, algumas beneficiações, nomeadamente tapar os buracos e ampliar a box que já existia e, na sua opinião, aquilo teve o seu mérito, no fundo, mobilizarem-se em torno de algo que defendem e de uma prática que querem fazer com boas condições, isso tinha mérito. Referiu que gostava de jovens que tivessem aquela pro-atividade e aquele espírito de empreendedorismo, solicitando que não perdessem aquele sentido, porque era importante e era aquele sentido que os iria fazer a diferença nas suas vidas e na vida dos outros também, mas com aquela sua consideração, não queria, de forma alguma, isentar a atitude dos skaters, portanto, se por um lado defendia que foi uma atitude de iniciativa e de empreendedorismo, que aceitava, por outro lado, do ponto de vista do funcionamento democrático e da cortesia que, na sua opinião, deve existir entre os cidadãos e a Câmara Municipal, julga não ter sido a abordagem mais feliz, exatamente por ter sido feita de uma forma, na sua opinião, unilateral. Disse, ainda, que a atitude dos skaters ao ir apresentar o assunto à reunião de Câmara foi, de facto, a mais correta, mas depois, como munícipes, tinham que esgotar as possibilidades junto da Câmara Municipal e, naquele sentido, achava que deveriam, provavelmente, ter tido alguma prudência, mas relativamente àquele assunto, disse que tratando-se de jovens que estão a começar agora o seu percurso de cidadania que estão, provavelmente, num primeiro contacto com a governação local e, naquele contexto, lamentou muito que o assunto tenha terminado como terminou.

A intervenção por parte da Câmara Municipal, quanto à destruição da box que os skaters fizeram, foi uma atitude, na sua opinião, muito imatura, portanto, não própria de uma autarquia, achando que foi irrefletida, de alguma forma, reagiu-se e foi fora de contexto.

Ficava surpreendida ao ouvir a justificação por causa da Direção Geral do Património Cultural, porque se tratava de uma caixa que, enfim, pouco mais volume

tinha do que um banco de jardim, diria que se assim fosse, não poderiam fazer nem um canteiro naquele jardim, nem colocar um banco de jardim e nem fazer nada, portanto, julgava que aquela desculpa, e pediu desculpa ao senhor Presidente, mas, na sua opinião, era uma desculpa de mau pagador.

Relativamente àquele assunto, na sua opinião, a Câmara Municipal teria que ter cada vez mais um papel muito menos dominante e muito mais de saber dar espaço à intervenção da sociedade civil, das Associações, dos movimentos cívicos, na resolução daquele tipo de necessidades e de anseios da comunidade, e dar espaço, no seu entendimento, não significava ausência de respostas, nem o isentarem das suas responsabilidades, não, muito pelo contrário, achava que a Câmara Municipal deveria assumir um papel de coordenador de meios e dinamizador de relações colaborativas, que foi, de facto, o que não sucedeu naquele caso, e era isso que lamentava.

Foi mencionado uma outra situação, sobre a intervenção na Gambôa, e naquele período, por acaso, estava a substituir a senhora Vereadora Cristina Leitão na Câmara Municipal, e observou a intervenção que estava a ser feita na Gambôa, não sabia quem a estava a fazer, se era a Junta de Freguesia ou se era a Câmara Municipal, e colocou a questão numa reunião de câmara, e o então senhor Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador, respondeu à questão, dizendo-lhe que os Presidentes de Juntas de Freguesia nem sempre estavam sintonizados com a Câmara Municipal e, de facto, na altura, ficou com a ideia de que não havia uma autorização da Agência Portuguesa do Ambiente, que tinha que haver naquela zona, para fazer a intervenção. Referiu que não pretendia, de forma alguma, redescobrir assuntos do passado, porque não os conduzia a nada que fosse produtivo para o presente ou para o futuro, mas também não gostava que houvessem imprecisões de assuntos, muito menos quando esteve presente e ouviu determinadas respostas.

Inês Lourenço (GCEPP):

Saudou a vinda do público à Assembleia Municipal e, também, a intervenção do senhor João Neves.

Disse que:

Subscrevia que era de louvar a iniciativa dos skaters e a mobilização por aquilo em que acreditam e por melhorar, também, o Skate Parque, e todos concordavam que, efetivamente, era algo que poderia valorizar a cidade e possibilitar, muito melhor, a fruição dos espaços públicos e, também, do espaço da muralha que lembrou ser monumento nacional, classificado desde mil novecentos e trinta e oito, e era algo que não poderiam descurar e esquecer, e não era desculpar os atropelos que se faziam à lei que protege o património cultural, desculpando uns com os outros, porque a Câmara Municipal acabou por repor a legalidade, num equipamento público e, na sua opinião, aquelas questões devem ser, sempre, salvaguardadas, não naquele caso em particular, mas, no fundo a sua intervenção, no sentido de salientar que no concelho deveriam estar mais atentos àquelas questões, de salvaguarda e de preservação do património cultural.

António Amador (CDU):

Disse que, em relações ao assunto levantado pelo senhor João Neves, repetiria o que ali já foi dito e, na sua opinião, enquanto aqueles jovens não tivessem um Skate Parque de raiz, com todas as condições para praticarem o desporto, o objetivo deles era melhorar a caixa que existia e que estava degradada, para si não afrontava ninguém, ou

seja, o que eles pretendiam era ter condições para praticar o desporto, que para ele é favorito, portanto, na sua opinião, foi despropositada a intervenção da polícia. Referiu que já ali foi dito, que da parte da Câmara Municipal ninguém denunciou a situação, mas alguém o fez. Disse, ainda, que o Auto que foi levantado, na sua perspectiva, deveria ser, imediatamente, arquivado, até porque os tribunais têm muito mais coisas para julgar e, na verdade, a única coisa que fizeram foi melhorar uma caixa que lá estava enquanto não se fazia o Skate Parque novo.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Concordava com o essencial daquilo que foi dito, ou seja, achou que a Polícia de Segurança Pública, se foi chamada, fez o que tinha que fazer, que foi verificar o que estava a ser feito, de qualquer das formas, as forças de segurança, às vezes, são menos rápidas noutras atuações, mas é o papel das forças de segurança, que respeita.

Aquele Skate Parque tem sido um problemas para todos os executivos, e a Câmara Municipal tem, ou um estudo final ou um projeto, que contém um conjunto de contributos dados pelas pessoas que praticavam e em muitos casos praticam skate em Peniche, portanto, é um projeto que envolveu, desde logo, as pessoas que praticam desporto, as pessoas de forma singular e de forma, também, em termos de Associações o próprio Península Surf Clube também foi resolvido, deu parecer e se pronunciou, e recordou várias deslocações àquele Skate Parque, em que o objetivo era criar condições para melhorá-lo, dignificá-lo, para criar condições de segurança, que era sempre o aspeto fundamental, evitando que as pessoas tenham lesões mais complexas, e naquele sentido foram apontadas algumas soluções. Deu conta que o valor daquele estudo foi crescendo com o envolvimento de todos e ficou a rondar cento e oitenta mil euros, e recordou que aquele assunto, uma das últimas vezes que foi colocada em sessão de Câmara, na altura pela senhora Vereadora Cristina Leitão, no dia três de janeiro de dois mil e dezassete, o senhor Presidente de Câmara respondeu que aguardavam por uma resposta do Península Surf Clube que desconhece se chegou, e, na sua opinião, deveriam visitar o projeto. Propôs ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que o projeto ou o estudo, fosse agendado na próxima sessão da Assembleia Municipal para que o possam visitar.

Relativamente ao regulamento que o senhor Presidente da Câmara referiu, não estava muito preocupado, em termos de terminologia de conteúdo, se ele permite que o espaço de tempo seja maior ou menor, até porque aquele tipo de protocolos que são celebrados pode ser sempre colocado em causa a qualquer momento, portanto, a própria Câmara Municipal pode chamar a si e se for necessário, também, envolver a Assembleia Municipal numa decisão relativamente ao mesmo.

Em relação àquilo que a Câmara Municipal fez, que foi, na prática, chegar ao local e limpar aquilo que os skaters fizeram, que compreendia, face à proximidade das muralhas, mas relativamente à questão essencial, e todos sabiam que a Polícia de Segurança Pública se deslocava ao local, faz um relatório, vai apresentá-lo à Câmara Municipal, e, na sua opinião, o elementar era relevar a importância que aquilo deveria ter, porque não era a primeira vez que se faziam obras, pequenas, naquele Skate Parque, foram feitas muitas e nunca houve aquela atuação. Referiu que percebia que as pessoas, nomeadamente aqueles jovens que vão para ali praticar desporto, tentam, no fundo, “remendar” a situação para poderem utilizar o espaço, do ponto de vista desportivo e em segurança, portanto, na sua opinião, relativamente aquilo que será o relatório da Polícia

de Segurança Pública, da sua deslocação ao local, que a Câmara Municipal deve dar a importância que deve dar, e há sempre um sítio para colocar aqueles documentos.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Gostaria que ficasse claro que soube da questão da Polícia de Segurança Pública naquele momento, pela voz do senhor João, portanto, desconhecia que tinha havido intervenção da Polícia de Segurança Pública.

Em relação ao que foi dito pela maioria dos senhores Deputados que intervieram, na sua opinião, poderiam continuar a fazer as intervenções que entenderem, como outras pessoas podem, com certeza, a partir de hoje fazer as intervenções nos espaços públicos que são da responsabilidade do Município, e o Presidente não irá mandar fazer nada, porque os senhores Deputados acham normal, tudo bem. Referiu que iria ver no que aquilo iria dar, porque era a questão que estava a ser colocada.

Se existiu alguma coisa que o desagradou naquele processo, foi o facto de ter havido conversação, houve um encontro no local, depois de terem ido a reunião de Câmara, e foi dito o que é que a Câmara Municipal pensava fazer, e já assumi, naquela Assembleia Municipal, que logo que saiba e que esteja clarificado, mesmo com todos os constrangimentos de tantas necessidades de intervenção da Divisão de Obras Municipais, e a obra de intervenção das muralhas não interfira com a reabilitação daquele espaço, irá fazê-lo. Disse, ainda, que no orçamento de dois mil e vinte estava prevista uma verba para o executar.

Não acreditava na proposta do Fosso, em termos de concretização a curto prazo, o que não significava que não concordava com a mesma, no entanto, acreditava que se tivessem engenho e criatividade poderiam criar, dando conta que surgiu uma nova proposta que ele próprio sugeriu no seguimento de um outro projeto, que irás ser analisada na Câmara Municipal.

Aproveitava o momento para solicitar aos jovens skaters que apresentassem uma lista dos praticantes de skate em Peniche, porque se tiver o contacto de todos, no momento certo gostaria de conversar com todos, para que aquilo que fizerem, sejam bem feito, em função daquilo que todos eles desejem e que, no fundo, os senhores Vereadores, e os senhores Deputados da Assembleia Municipal pretendem proporcionar.

Não havia um projeto, foi-lhe dito que existia mais outro projeto do mandato anterior, que não conhece, e também, já foi solicitado a um dos praticantes, que se propôs trazer, um outro projeto que irão, naturalmente, avaliar, porque quanto mais ideias e mais projetos existirem, mais possibilidade existe para melhorar aquilo que pretende fazer, e não se tratava de uma situação irrefletida e imatura, mas face às circunstâncias, era o que entendia que deveria ser feito, porque existem antecedentes. Disse, ainda, que se tivesse sido uma situação normal, como acontecem em outras, procura sempre uma proximidade, inclusive num contexto pedagógico, que não foi, mas entendeu que estavam ali outras situações, com era prática recente em Peniche, em relação às questões políticas e, portanto, entendeu que poderiam estar envolvidas outras circunstâncias.

Em relação à Direção Geral do Património Cultural, não era em relação à intervenção de reabilitação do espaço que se colocava a Direção Geral do Património Cultural, era outra, tinha que ver se iriam ou não alargar a área daquele equipamento, e dentro daquilo que é o histórico, do que é normal, nas intervenções da Direção Geral, fazia sentido passarem a ter um equipamento reabilitado naquele espaço, não o iriam

retirar, até porque, na sua opinião, é um espaço bastante agradável e tem a sua história, e procurar construir outro, com mais valências, com outro potencial e mais adaptado àquilo que era, atualmente, as práticas e as experiências de outros Skates Parque, portanto, era neste sentido que achava que poderiam aproveitar aquelas intervenções. Referiu que não tinha qualquer crítica, em relação à atividade e às dinâmicas dos jovens e da comunidade em geral, na sua opinião, deveriam incentivar, mas não seria de qualquer forma, todos deveriam respeitar-se uns aos outros, sendo uma necessidade, nomeadamente, também, entre os políticos.

Relativamente à falta de sintonia do passado, não havia sintonia, mas existia proximidade, e sabe que esteve no terreno com várias entidades, na Gambôa, e enquanto durou uma autoridade em Peniche, foi num sentido, depois as coisas alteraram, mas mesmo com outras autoridades, teve sempre uma relação de proximidade para perceber o que era, no fundo, aquela requalificação, que em qualquer momento, qualquer entidade se entendesse que fazia diferente, o faria. Referiu que era comparável, a área que a Junta de Freguesia interveio, e que lá está, a única coisa que poderia estar a mais era o murete, que provavelmente foi feito porque não houve um projeto, não houve intervenção de levantamento das cotas, que deveria ter havido, porque se tivesse havido um topógrafo a fazer os levantamentos, a obra poderia ter sido executada de outra forma, não teve essa possibilidade, na parte final aquele murete apareceu por uma razão simples, as areias iriam todas para o estacionamento existente.

Era seu desejo intervir no Largo do Farolinho, que era legítimo, era reivindicado por muita gente e, na sua opinião, de todo o interesse para o concelho.

Sofia Barradas (PSD):

Disse que:

A questão da Gambôa, a comparação que foi feita pelo senhor João Neves foi no sentido de já ter havido intervenções, sobre coordenação do senhor Presidente no passado como Presidente de Junta, sem ter as autorizações prévias das entidades a quem competia pedir autorizações, e não pretendia discutir a solução técnica, se tinha murete ou não, porque julgava que aquilo era domínio público marítimo, portanto, tinha que pedir autorização à Agência Portuguesa do Ambiente primeiro e fazer depois, era como deveria ter feito, não foi feita daquela forma, foi pedido depois e regularizou-se a situação, não duvidava, mas a comparação foi naqueles termos, não noutros quaisquer. Referiu que aquilo era para dizer que a questão da Direção Geral do Património Cultural foi uma desculpa de mau pagador, e a desculpa da Direção Geral do Património Cultural não foi relativamente à ampliação do Skate Parque, na sua opinião, quando discutiam os assuntos não poderiam pôr “alhos e bugalhos” no mesmo saco, porque não estavam a falar da ampliação do Skate Parque, estavam a falar de uma caixa que foi ampliada e dois buracos que foram tapados, e, obviamente, que a desculpa da Direção Geral do Património Cultural foi uma desculpa de mau pagador e, obviamente, a atitude que a Câmara tomou, foi uma atitude irrefletida e que eu ela própria pedia, encarecidamente, ao senhor Presidente da Câmara que retirasse lições daquela situação, que não se deveria voltar a repetir.

SÉRGIO ADÃO:

Disse que era skater em Peniche e agradeceu por o terem recebido.

Referiu que tudo o que ali foi dito, foi dito com razão, tanto da parte dos senhores Deputados, como da parte do senhor João Neves, mas gostaria de solicitar, apenas, a reconstrução do “Curb”, nome técnico dado àquela caixa, porque durante o fim-de-semana, ele gastou cerca de oitenta euros.

Disse que enquanto não fossem tomadas as devidas ações para a reconstrução de um novo Skate Parque, pelo menos, reconstruírem a caixa para que continuem a desfrutar, o mínimo possível, daquele miserável Skate Parque.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E DE SEGURANÇA DOS ALIMENTOS (DECRETO-LEI N.º 20/2019)

A Assembleia Municipal passou à apreciação do primeiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que;

O Decreto-Lei era público, estabelece as condições da proposta da descentralização de competências, portanto, para além das competências que, neste momento, já são da responsabilidade do Município, tinha um conjunto de transferências que fazia com que os Municípios assumissem responsabilidades, para já, que não estão preparados, e ele próprio em termos pessoais, era a transferência de competências que mais o incomodava, tendo já transmitido a colegas de outras Câmaras, que, na sua opinião, a mesma não deveria ser transferida para os Municípios, e isso estava a acontecer, um pouco, por todos o país, porque conhecia algumas manifestações de preocupação, em relação ao assunto, inclusive, há Câmaras Municipais que aceitaram todas as outras competências, até ao momento, e relativamente a esta competência, fizeram um Assembleia Municipal extraordinária para dizer que não aceitariam. Disse, ainda, que para além disso, as pessoas com competência na matéria, que têm experiências, que estudam aquelas situações e que se manifestaram, entendem, inclusive, que esta transferência de competências, em algumas áreas, poderia pôr em causa a fiscalização de um conjunto de estabelecimentos, que poderão colocar em causa a saúde pública das pessoas.

No seguimento daquilo que foi a sua proposta, que foi aprovada em reunião de Câmara, não estão em condições para a receber e, na sua opinião, deveria ser analisada, mais tarde, e se lhe perguntassem, hoje, a sua opinião em relação, concretamente, àquela transferência, diria que era uma daquelas que iria propor em junho, que não a pudessem aceitar em dois mil e vinte, podendo existir, inclusive, condições para que os Municípios possam vir a negociar aquela transferência, mas não sabia, de momento a proposta era no sentido de não aceitar.

Inês Lourenço (GCEPP):

Disse que o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche considerava responsável a posição da Câmara Municipal, no que concerne à transferência de novas competências, por isso, votará favoravelmente a proposta de não aceitação da transferência de

competências para o presente ano de 2019, no domínio da Saúde, como previsto no Decreto-Lei n.º 23/2019, e no domínio da Proteção e Saúde Animal e da Segurança dos Alimentos, prevista no Decreto-Lei n.º 20/2019. O adiamento da aceitação da transferência de competências deve ser entendido como uma oportunidade para clarificar algumas dúvidas e dotar o Município dos meios de atuação e das condições necessárias para o exercício das competências em causa, não pondo, assim, em risco a qualidade e o desempenho do serviço público.

Ao contrário do que preconiza o artigo 2.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a Lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as entidades intermunicipais, consideram que se o processo de descentralização não for acompanhado de medidas e de recursos financeiros adequados, pode colocar em causa a garantia da coesão territorial e a garantia da universalidade e da igualdade de oportunidades no acesso ao serviço público, assim como, a eficiência e a eficácia da gestão pública.

Lícinio Pereira (GCEPP):

Disse que:

Aquela intervenção era da sua inteira responsabilidade.

Embora a sua intervenção pudesse não ter a ver, diretamente, com o explícito na ordem de trabalhos e, apesar de, naquela Assembleia Municipal já terem sido feitas intervenções eloquentes, em relação à questão da transferência de competências, não seria demais dizer que transferência de competências era o adiar da democratização do Estado.

A democratização do Estado exige, como definido na Constituição da República, a criação das chamadas regiões administrativas consensualizadas pelos cidadãos. Aquelas transferências de competências do Estado Central para os Municípios, preparada pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata, estava longe de cumprir o objetivo constitucional da descentralização do Estado, mas tão somente a desconcentração de atos materiais, com autonomia financeira, que ainda não sabiam qual, e administrativa, mantendo centralizadas as competências e o planeamento dos equipamentos e infraestruturas necessárias e em alguns casos, até os recursos humanos especializados.

As regiões administrativas nunca seriam substituídas por soluções intermunicipais, aquelas, em alguns casos seriam, obviamente, um obstáculo à necessária descentralização.

O alargamento de competências poderia, até, alimentar o ego de alguns autarcas, mas as transferências assentes no princípio de que não poderia resultar num aumento de despesa pública, diárias do serviço público, que hoje não respondem às aspirações legítimas das populações, este motivado pelo redução de investimento público, nos últimos anos, iria fazer recair sobre as Autarquias em satisfação com o cumprimento de direitos constitucionais consagrados, sendo inevitável o aumento de impostos e taxas municipais.

Só uma verdadeira descentralização de competências, que o poder local democrático seja titular de atribuições e competências próprias, com efetivo poder de direção subsidiário e complementar, para poder responder de forma mais rápida e eficaz às necessidades das populações, sem nunca pôr em causa a universalidade das funções do Estado.

Mais competências exigiria, em primeiro lugar, o cumprimento da Lei das Finanças Locais, a devolução, às Autarquias, das competências que lhes foram retiradas na área das águas, exigir a reposição das freguesias e as competências a descentralizar sejam acompanhadas de condições financeiras, autonomia e organização, permitindo assim o seu exercício.

Competências sem meios podem multiplicar-se em situações financeiramente ruinosas e de legalidade duvidosa, com custos inoportáveis para os munícipes e transferências de recursos municipais para o esbanjamento privado. Acrescentou, segundo julgava saber, que decorriam negociações entre a Associação nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Freguesias, em relação à questão da transferência de competências, oxalá se chegue a bom porto.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Aquele processo da descentralização para uns, para outros outra coisa, mas para a maioria que aprovou a descentralização, e teriam que respeitar, também, a opinião dos outros, enferma de vários problemas, e o problema é que aquilo se tornou numa telenovela, em que durante meses as Assembleias andam a pronunciar-se sobre vinte e um diplomas e, felizmente, há um que foi consensualizado entre os Municípios e as freguesias, os outros não há consensualização possível, e este era o problema, é que falar em descentralização, sem falar, por exemplo, naquele que o senhor Deputado Licínio falou há pouco, da regionalização, da reposição de freguesias, etc..., ou pelo menos, as pessoas se pronunciarem se queriam aquelas competências ou se queriam outra coisa, não fazia sentido nenhum, e relativamente àquelas, em áreas tão complexas, como já foi ali referido e bem, em áreas em que as questões da saúde pública ultrapassam tudo aquilo que imaginam, esta era daquelas matérias que não fazia, mesmo, sentido nenhum vir para as Câmaras Municipais, porque as Câmaras não estão preparadas para isso, não têm meios para isso e desde logo meios humanos, que era o problema número um.

As questões financeiras, sabiam como funcionava, também, não havia dinheiro para escolas do primeiro ciclo e aos poucos são uma realidade, arranjou-se o dinheiro, as crianças comem nas escolas, o pré-escolar é uma realidade, ali o problema era outro, era de meios para cumprir aquelas competências, portanto, aquela telenovela, que irá durar até ao primeiro semestre, mas que irá continuar e que irá obrigar as Câmaras a tomar posição, as Assembleias Municipais a reunir extraordinariamente, para discutir aqueles assuntos, até que em dois mil e vinte e um, iriam ser obrigados a aceitar aquelas competências, era daquilo que estavam a falar.

Esperava que na próxima legislatura, depois das eleições de outubro, que os partidos repensem nalgumas daquelas matérias, porque não fazia sentido passar tudo o que ali estava, admitindo que, com estudos sérios, com os meios financeiros adequados com os recursos humanos necessários, existem competências que em dois mil e vinte e um, obviamente irão para as Câmaras Municipais e para as Juntas de Freguesia, mas o problema era outro, aquela descentralização, este pacote, deveria ter sido iniciada, com as Câmaras Municipais e com as Juntas de Freguesia, a sua discussão e só depois é que iria ao Parlamento, mas foi precisamente ao contrário, impuseram de forma vertical, portanto, iriam continuar a discutir aquela matéria, haverá outras a seguir, no próximo mês iriam ter, certamente, uma ou outra para discutir e não iram sair daquilo, nos próximos meses, até dois mil e vinte e um.

Iriam continuar a discutir aquilo, daquela forma, que não era a melhor, não era saudável, não valorizava o poder local, não era a solução, mas teriam que estar ali para se pronunciarem e, obviamente, que a posição da Coligação Democrática Unitária iria ser clara na votação.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que se o Município de Peniche ficar com as competências na Saúde, o Centro de Saúde de Ferrel foi todo requalificado, pela Junta de Freguesia de Ferrel, e pago, pela Comissão de Festas de Santa Quitéria, a da juventude, faltando apenas a claraboia que irá ficar pronta este ano.

Deliberação n.º 21/2019: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com treze (13) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pela Coligação Democrática Unitária (4) e pelo senhor Presidente da Mesa, Américo Araújo Gonçalves, eleito pelo Partido Socialista, e onze (11) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7) e Partido Socialista (4), aprovar a proposta que a seguir se transcreve:

«Considerando que, na sequência da publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que prevê a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, foi publicado, no dia 30 de janeiro, o Decreto-Lei n.º 20/2019, que concretiza a transferência de competências em matéria de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos, para os Municípios;

Analisado o diploma e os requisitos necessários à assunção destas competências, concluiu-se que o Município não possui uma estrutura capaz de, no imediato, dar uma resposta positiva no desenvolvimento das competências a transferir.

Assim, e sem prejuízo de, a seu tempo, virem a ser criadas condições para o exercício das competências em causa, não estando as mesmas reunidas, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro delibere propor à Assembleia Municipal, não aceitar a transferência de competências no domínio da proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos, em 2019.»

2) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE (DECRETO-LEI N.º 23/2019):

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP)**, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião ordinária, realizada no dia 18 de março de 2019.

Deliberação n.º 22/2019: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com treze (13) votos a favor, dos membros eleitos pelo

Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pela Coligação Democrática Unitária (4) e pelo senhor Presidente da Mesa, Américo Araújo Gonçalves, eleito pelo Partido Socialista, e onze (11) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7) e Partido Socialista (4), aprovar a proposta que a seguir se transcreve:

«Na sequência da publicação da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, que prevê a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, foi publicado, no dia 30 de janeiro, o Decreto-Lei n.º 23/2019, que concretiza a transferência de competências no domínio da saúde para os Municípios.

Analisado o diploma e os requisitos necessários à assunção destas competências, concluiu-se que o Município não possui uma estrutura capaz de, no imediato, dar uma resposta positiva no desenvolvimento das competências a transferir.

Assim, e sem prejuízo de, a seu tempo, virem a ser criadas condições para o exercício das competências em causa, não estando as mesmas reunidas, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do n.º 2 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 30/2019, de 30 de janeiro delibere propor à Assembleia Municipal, não aceitar a transferência de competências no domínio da saúde, em 2019.»

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 23/2019: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo vinte e duas horas e trinta minutos do dia vinte e oito de março, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão extraordinária de março de dois mil e dezanove, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselene Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,
em regime de substituição,

(assinado no original)
